

## INDÚSTRIA

# Acordo Mercosul-UE impulsiona expectativas da indústria gaúcha de alimentos e bebidas

**Setor aposta em exportações, modernização e produtos premium, mas monitora concorrência europeia e novas exigências regulatórias**

Gabriel Margonar

A entrada em vigor da fase inicial do acordo entre Mercosul e União Europeia, neste mês de maio, começa a reposicionar as estratégias da indústria de alimentos e bebidas do Rio Grande do Sul diante de um dos maiores mercados consumidores do mundo. O tratado conecta cerca de 720 milhões de consumidores e um PIB combinado estimado em US\$ 22,4 trilhões, criando expectativas de expansão comercial, modernização industrial e aumento da competitividade das empresas gaúchas.

Embora os efeitos imediatos ainda sejam limitados, a avaliação predominante entre entidades empresariais, cooperativas e indústrias é de que os ganhos tendem a superar os riscos no médio e longo prazo - especialmente para produtos com maior valor agregado, diferenciação regional e forte apelo de qualidade e sustentabilidade.

Para parte do setor, o acordo também corrige uma desvantagem histórica do Brasil frente a países que já tinham acordos preferenciais com a União Europeia, como Canadá e Vietnã.

A Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (Fiersg) estima que as exportações gaúchas de alimentos e bebidas para a União Europeia possam crescer US\$ 63,8 milhões ao longo da implementação do acordo. Em 2025, os embarques do setor para o bloco europeu somaram US\$ 643 milhões.

Economista-chefe da entidade, Giovanni Baggio afirma que a redução gradual de tarifas tende a aumentar a competitividade dos produtos gaúchos, estimular exportações e favorecer investimentos em modernização, rastreabilidade e adequação a padrões internacionais.

"Do ponto de vista das exportações gaúchas, entre as cadeias com maior potencial de benefício estão carnes suínas, bovinas e de aves, arroz, laticínios, derivados da soja, como farelos e proteínas, além de



TÂNIA MEINERZ/JC

Carnes suínas, bovinas e de aves estão entre as cadeias com maior potencial de benefício, diz a Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul

bebidas como vinagres, águas minerais, vermouths, cervejas de malte e sidras", diz.

Além da questão tarifária, a Fiersg destaca como ponto estratégico a convergência regulatória. A aproximação entre padrões sanitários e fitossanitários tende a reduzir barreiras técnicas e aumentar a previsibilidade para exportadores.

Na Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (Farsul), a avaliação é semelhante. Mas o assessor de relações internacionais da entidade, Renan Hein Santos, afirma que os efeitos do acordo variam conforme o produto, mas que parte dos maiores ganhos pode aparecer justamente em itens menos tradicionais.

Frutas, frutas secas, condimentos, cachaça, suco de laranja e derivados processados aparecem entre os segmentos mais beneficiados. Produtos como abacate, manga, mamão, melão e melancia terão acesso facilitado ao mercado europeu, enquanto geleias, compotas e purês de frutas aparecem entre os itens com maior potencial de agregação de valor.

"Não necessariamente os maiores ganhos estarão na carne bovina ou no frango. Existe espaço importante para produtos menores, especializados e com maior valor agregado", afirma Santos.

Carnes e arroz, porém, seguem limitados por cotas tarifárias. A União Europeia estabeleceu, por exemplo, uma cota de 99 mil

toneladas para carne bovina com tarifa residual de 7,5%.

Além das cadeias tradicionais, o acordo também amplia expectativas em nichos premium ligados à identidade regional e diferenciação. Santos cita o potencial de azeites especiais, chocolates artesanais, queijos diferenciados e bebidas premium. "O mercado europeu valoriza muito produtos com identidade própria, origem e qualidade", destaca.

Na avaliação da Fiersg, cadeias como a vitivinícola podem ganhar competitividade pela harmonização regulatória e pela maior previsibilidade de acesso ao mercado europeu. Ao mesmo tempo, setores como vinhos, lácteos e azeites monitoram o aumento da concorrência europeia no mercado brasileiro.

Diretor-executivo da Cooperativa Vinícola Garibaldi, Alexandre Angonezi afirma que o setor ainda não percebe impactos imediatos, mas já se prepara para o novo cenário. "Nossa maior preocupação é garantir que o avanço do tratado seja acompanhado por políticas públicas que equilibrem a competitividade, como redução da carga tributária e apoio à agricultura familiar", relata.

Na olivicultura, o presidente do Ibraoliva, Flávio Obino Filho, afirma que o acordo praticamente não altera o cenário competitivo do azeite europeu no Brasil, já que os produtos importados da União Europeia entram no País com tarifa zerada desde 2025. "O principal

ganho pode estar na importação de máquinas e equipamentos usados na produção de azeite, favorecendo modernização e ganho de eficiência", enxerga.

As oportunidades também são percebidas com carinho pelas empresas gaúchas. Diretor administrativo e financeiro da Petry Sabores, Luciano Ricardo Fick afirma que o tratado já começou a alterar o planejamento estratégico da companhia.

"Hoje ainda não exportamos para a Europa, mas o acordo abre

possibilidades concretas. Ele faz com que esse mercado pareça mais próximo e mais acessível, o que inclusive estimula a empresa a pensar em investimentos voltados a esse objetivo", afirma.

Segundo ele, produtos como geleias e vegetais em conserva possuem potencial relevante no mercado europeu. "As oportunidades são maiores do que as ameaças. Para exportar, precisamos investir em tecnologia e ampliar a produção", diz.

## Exigências ambientais entram no radar

Apesar do cenário positivo, entidades e empresas também reconhecem que o acordo exigirá adaptações da indústria gaúcha. As exigências ambientais e sanitárias da União Europeia aparecem entre os principais pontos de atenção: entre elas está o Regulamento Europeu Antidesmatamento (EUDR), que exigirá rastreabilidade georreferenciada e comprovação de que os produtos não tenham origem em áreas desmatadas após 2020.

A preocupação do setor é que parte das vantagens tarifárias seja neutralizada por barreiras regulatórias e custos de conformidade. A Fiersg afirma que o setor já possui estrutura para atender boa parte dessas exigências, mas reconhece dificuldades principalmente entre pequenas e médias empresas.

Outro ponto de atenção

envolve a competitividade interna da indústria. "A burocracia, os custos logísticos, os juros elevados e a dificuldade de mão de obra qualificada seguem sendo obstáculos importantes", lamenta Fick.

Mesmo assim, a avaliação predominante é de que o acordo pode acelerar investimentos, modernização tecnológica e ganho de eficiência, inclusive com redução de custos na importação de máquinas e equipamentos europeus.

Segundo estimativas da Fiersg, o PIB gaúcho poderá ficar 4,6% acima do cenário-base ao final de 15 anos de implementação do acordo. No mesmo período, as exportações industriais do Estado para a União Europeia podem crescer US\$ 800 milhões, com geração de mais de 31 mil empregos na indústria de transformação.